



Número: **1042610-24.2025.4.01.0000**

Classe: **AGRAVO DE INSTRUMENTO**

Órgão julgador colegiado: **7ª Turma**

Órgão julgador: **Gab. 21 - DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ AMILCAR DE QUEIROZ MACHADO**

Última distribuição : **31/10/2025**

Valor da causa: **R\$ 1.000,00**

Processo referência: **1120064-65.2025.4.01.3400**

Assuntos: **Multas e demais Sanções**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado		
RAPHAEL CAMARA MEDEIROS PARENTE (AGRAVANTE)		JOSE PAULO LEAO VELOSO SILVA (ADVOGADO)		
MINHA CRIANCA TRANS BRASIL (AGRAVADO)		THAMIRYS NARDINI NUNES (REPRESENTANTE)		
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (LITISCONSORTE)				
Documentos				
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo	Polo
447389010	04/11/2025 16:50	<a href="#">Decisão Monocrática Terminativa</a>	Decisão Monocrática Terminativa	Interno



**Tribunal Regional Federal da 1ª Região**  
**Gab. 21 - DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ AMILCAR DE QUEIROZ MACHADO**

---

PROCESSO: 1042610-24.2025.4.01.0000 PROCESSO REFERÊNCIA: 1120064-65.2025.4.01.3400

**CLASSE:** AGRAVO DE INSTRUMENTO (202)

**POLO ATIVO:** RAPHAEL CAMARA MEDEIROS PARENTE

**REPRESENTANTES POLO ATIVO:** JOSE PAULO LEO VELOSO SILVA - SE4048-A

**POLO PASSIVO:** MINHA CRIANÇA TRANS BRASIL

**DECISÃO**

Trata-se de Agravo de Instrumento interposto por Raphael Câmara Medeiros Parente contra decisão proferida nos autos da Ação Civil Pública de Produção Antecipada de Prova (Processo nº 1120064-65.2025.4.01.3400), proposta pela ONG Minha Criança Trans Brasil, em trâmite perante a 3ª Vara Federal Cível e Criminal da Seção Judiciária do Acre.

A decisão agravada, proferida em sede liminar, acolheu pedido de tutela provisória de urgência para determinar, no prazo de 48 horas, a apresentação de respostas escritas e fundamentadas por parte do agravante e do Conselho Federal de Medicina (CFM) a um conjunto de dez perguntas formuladas na petição inicial, relacionadas a declarações públicas veiculadas nas redes sociais pelo agravante, a respeito da Resolução CFM nº 2.427/2025 e suas consequências sobre o atendimento de pessoas trans em idade infantojuvenil.

Na decisão agravada, entendeu-se que as declarações do agravante poderiam ter conteúdo desinformativo e potencial ofensivo à população trans, especialmente crianças e adolescentes, reconhecendo-se a presença dos requisitos legais para a concessão da tutela de urgência em sede de produção antecipada de provas.

Em caso de descumprimento, fixou-se multa de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), com prazo de recolhimento de 10 dias, sob pena de bloqueio via SISBAJUD, além de prever o afastamento do agravante do cargo de conselheiro federal.



Nas razões recursais, o agravante sustenta, inicialmente, a ilegitimidade passiva do CFM, argumentando que as manifestações objeto da ação foram proferidas a título pessoal, o que afastaria a jurisdição da Justiça Federal.

Afirma, ademais, que houve desvio na distribuição processual com o intuito de direcionar a demanda a juízo pretensamente favorável à parte autora.

No tocante ao mérito, o agravante sustenta:

*(i) a inadequação da via eleita, por não estarem presentes os requisitos legais para a produção antecipada de prova;*

*(ii) a incompatibilidade entre o fundamento da decisão liminar e o seu dispositivo, pois a medida deferida não corresponde à natureza do suposto dano apontado;*

*(iii) a violação ao direito ao silêncio, por impor a obrigatoriedade de manifestação sob pena de multa;*

*(iv) a ausência de obrigação legal de apresentação de elementos científicos em manifestações privadas em redes sociais;*

*(v) a desproporcionalidade da sanção imposta, com cobrança de multa antes do trânsito em julgado e imposição de afastamento do cargo de conselheiro; e*

*(vi) a necessidade de concessão de efeito suspensivo ao recurso, a fim de evitar o uso processual e extraprocessual das respostas já prestadas sob coerção, com seu desentranhamento dos autos e proibição de utilização para quaisquer fins.*

É o relatório. Decido.

Sustenta o agravante que as declarações questionadas na ação originária foram proferidas em redes sociais pessoais, sem vínculo funcional ou institucional com o Conselho Federal de Medicina — CFM — não havendo, portanto, qualquer conduta praticada no exercício da função pública.

Desse modo, entende que o CFM foi indevidamente incluído no polo passivo, o que implicaria ausência de competência da Justiça Federal para processar e julgar a demanda.

A jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça estabelece que, para fins de fixação da competência da Justiça Federal, exige-se que o ente público figure como parte legítima na causa, com relação direta e imediata com o objeto da demanda.

A imputação ao CFM decorreu, unicamente, da função exercida pelo



agravante, mas sem que se demonstrasse que as declarações tenham sido proferidas no exercício do cargo.

Nesse contexto, a presença do CFM no polo passivo não se sustenta. Todavia, como o agravante declara expressamente que não atua como representante do CFM e não houve recurso interposto pelo próprio CFM, não há como excluí-lo da lide nesse momento processual.

A decisão agravada admitiu a ação de produção antecipada de prova com base no art. 381, III, do CPC, afirmando que o prévio conhecimento dos fatos seria útil à verificação da viabilidade de eventual ação de responsabilização.

Contudo, conforme asseverado pelo agravante, a parte autora já detinha pleno acesso ao vídeo questionado e às declarações nele contidas, não havendo alegação ou demonstração de risco de perecimento da prova ou de impedimento de acesso posterior.

Também não se vislumbra, no caso, utilidade voltada à autocomposição ou à prevenção do ajuizamento da ação principal, mas sim nítido caráter inquisitório e sancionatório, o que descaracteriza o uso da produção antecipada como meio legítimo.

A decisão agravada impôs ao agravante a obrigação de apresentar respostas escritas, em 48 horas, a perguntas acusatórias, sob pena de multa de R\$ 300.000,00 e possível afastamento do cargo de conselheiro.

Tal medida afronta o direito constitucional à não autoincriminação, que se estende às lides civis, conforme expressamente previsto nos arts. 379 e 385, §1º, do CPC.

A parte pode ser chamada a depor, mas jamais compelida a responder por escrito a questionamentos que implicam juízo de valor sobre sua conduta, sob sanção pecuniária ou funcional.

Exigir tal manifestação compulsória, em prazo exíguo e sob pena de afastamento, configura manifesta violação a garantias processuais fundamentais.

Além disso, argumenta, ainda, o agravante que não há norma jurídica que imponha a um cidadão, ainda que ocupante de cargo público, a obrigação de justificar com respaldo técnico ou científico opiniões pessoais expressadas em redes sociais privadas.

Com efeito, a liberdade de expressão compreende o direito de manifestar opiniões, inclusive sobre temas sensíveis ou controvertidos, sem necessidade de estruturação acadêmica ou técnica, salvo quando houver dever institucional específico, o que não se vislumbra no caso concreto.



Demais, a multa cominada pela decisão agravada é desproporcional e ilegal.

Conforme o art. 12, §2º, da Lei nº 7.347/85, a multa fixada em sede liminar somente é exigível após o trânsito em julgado da decisão favorável ao autor.

A determinação de recolhimento em 10 dias, com ameaça de bloqueio judicial, configura afronta direta à legislação vigente.

Além disso, a medida de afastamento funcional não encontra previsão legal no âmbito de produção antecipada de provas, tampouco no rito das ações civis públicas, sendo flagrantemente abusiva.

Merece acolhida, ainda, o argumento do agravante quanto à superveniência da decisão do Supremo Tribunal Federal, proferida na Reclamação 84.653, Rel. Min. Flávio Dino, que suspendeu integralmente os efeitos da decisão agravada, incluindo as ordens de esclarecimento, a multa imposta e a ameaça de afastamento funcional.

Conforme assentado na referida decisão, houve desvio processual, com reabertura indireta de discussão sobre a constitucionalidade da Resolução CFM nº 2.427/2025, objeto de controle concentrado perante a Suprema Corte (ADI 7.806 e ADPF 1.221).

Assim, impõe-se a observância do princípio da unidade da jurisdição constitucional, com a imediata cassação da decisão agravada.

Diante do exposto, dou provimento ao Agravo de Instrumento, para tornar sem efeito a decisão agravada.

Intimem-se.

Brasília, na data da assinatura digital certificada.

JOSE AMILCAR DE QUEIROZ MACHADO

Desembargador(a) Federal Relator(a)

